

Relatório Anual 2016

**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de
Associados Pioneira da Serra Gaúcha - Sicredi
Pioneira RS**

**Diretoria Executiva de Administração e Finanças
Superintendência de Operações Administrativas
Gerência de Controladoria**





Centro Empresarial Mostardelro
Av. Mostardelro, 322
10º andar – Moinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil

Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Pioneira da Serra Gaúcha - Sicredi
Pioneira RS
Nova Petrópolis - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Pioneira da Serra Gaúcha - Sicredi Pioneer RS ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Pioneira da Serra Gaúcha - Sicredi Pioneer RS em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Auditoria dos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2015

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores que emitiram relatório datado de 4 de Abril de 2016, que não continha qualquer modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 08 de fevereiro de 2017

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/F-6


Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Pioneira da Serra Gaúcha - Sicredi Pioneira RS relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Pioneira da Serra Gaúcha - Sicredi Pioneira RS
CNPJ/MF nº 91.586.982/0001-09

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015 (Representado)	PASSIVO	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE	1.659.007	1.356.702	CIRCULANTE	431.671	367.831
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	20.335	15.270	DEPÓSITOS	(NOTA 11)
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	(NOTA 05)	265.402	83.443	Depósitos à Vista	256.774
Cartera Própria		265.402	83.443	Depósitos a Prazo	148.390
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		915.756	860.600	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	96.634
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		4	2	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	8
Correspondentes no país		655	730	Repasses Interfinanceiros	21
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	915.097	859.968	(NOTA 12)	96.626
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	402.723	350.751	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	2.522
Operações de Crédito		432.409	382.786	Recursos em Trânsito de Terceiros	2.750
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(29.686)	(32.035)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	15.484
OUTROS CRÉDITOS		43.887	40.324	(NOTA 13)	19.024
Créditos por Avisos e Fianças Honrados		228	149	Emprestimos País - Outras Instituições	15.484
Rendas a Receber		2.146	3.065	OUTRAS OBRIGAÇÕES	60.257
Créditos Específicos		362	318	Cobrança e Arrecadação de Tributos	52
Diversos	(NOTA 07)	41.944	37.541	Sociais e Estatutárias	6.331
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(793)	(749)	Fiscais e Previdenciárias	5.602
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 08)	10.904	6.314	Diversas	2.947
Outros Valores e Bens		10.895	6.256	(NOTA 14)	2.401
(Provisão para desvalorização)		(41)	-		44.036
Despesas Antecipadas		50	58		
NÃO CIRCULANTE	282.364	254.104	NÃO CIRCULANTE	1.210.549	979.570
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		214.088	187.807	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.210.549
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	214.078	187.601	DEPÓSITOS	(NOTA 11)
Operações de Crédito		230.088	204.135	1.198.983	972.350
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(16.010)	(16.534)	Depósitos a Prazo	1.198.983
OUTROS CRÉDITOS	(NOTA 07)	10	206	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 12)
Diversos		10	206	Repasses Interfinanceiros	11.566
PERMANENTE		68.276	66.297		7.220
INVESTIMENTOS	(NOTA 09)	41.404	41.403	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	299.151
Outros Investimentos		41.404	41.403	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 16)
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 10)	16.312	15.638	164.544	147.689
Imóveis de Uso		7.720	7.720	De Domiciliados no País	164.687
Outras Imobilizações de Uso		26.645	24.116	(Capital a Realizar)	147.842
(Depreciação acumulada)		(18.053)	(16.198)	(143)	(153)
INTANGÍVEL	(NOTA 10)	10.560	9.256	RESERVAS DE SOBRAS	121.734
Outros Ativos Intangíveis		18.501	15.566		101.909
(Amortização acumulada)		(7.941)	(6.310)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	12.873
TOTAL DO ATIVO	1.941.371	1.610.806	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.941.371	1.610.806

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Pioneira da Serra Gaúcha - Sicredi Pioneira RS
CNPJ/MF nº 91.586.982/0001-09

Descrição das contas	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não Auditado)			01/01/2016 a 31/12/2016			01/01/2015 a 31/12/2015 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	104.512	-	104.512	198.089	1	198.090	177.265	-	177.265
Operações de Crédito	85.270	-	85.270	166.714	1	166.715	164.305	-	164.305
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	19.242	-	19.242	31.373	-	31.373	12.959	-	12.959
Resultado das Aplicações Compulsórias	-	-	-	2	-	2	1	-	1
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(94.026)	(280)	(94.306)	(187.247)	(459)	(187.706)	(159.974)	(333)	(160.307)
Operações de Captação no Mercado	(75.319)	(50)	(75.369)	(142.319)	(90)	(142.409)	(116.101)	(80)	(116.181)
Operações de Empréstimos e Repasses	(4.645)	(230)	(4.875)	(8.403)	(369)	(8.772)	(5.646)	(253)	(5.899)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(14.062)	-	(14.062)	(36.525)	-	(36.525)	(38.227)	-	(38.227)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	10.486	(280)	10.206	10.842	(458)	10.384	17.291	(333)	16.958
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	14.220	4.419	18.639	31.280	8.005	39.285	23.540	9.420	32.960
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	7.008	8.019	15.027	13.426	14.651	28.077	12.267	12.297	24.564
Rendas de Tarifas Bancárias	9.996	-	9.996	19.874	-	19.874	15.852	-	15.852
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(29.818)	(1.516)	(31.334)	(55.874)	(2.465)	(58.339)	(49.476)	(2.197)	(51.673)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 21)	(19.640)	(2.085)	(21.725)	(39.380)	(3.784)	(43.164)	(34.907)	(3.581)	(38.488)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(83)	(397)	(480)	(132)	(723)	(855)	(110)	(611)	(721)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 19)	65.915	973	66.888	126.022	1.291	127.313	109.584	4.497	114.081
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 20)	(19.158)	(575)	(19.733)	(32.656)	(965)	(33.621)	(29.670)	(985)	(30.655)
RESULTADO OPERACIONAL	24.706	4.139	28.845	42.122	7.547	49.669	40.831	9.087	49.918
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	123	57	180	(145)	120	(25)	(334)	74	(260)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	24.829	4.196	29.025	41.977	7.667	49.644	40.497	9.161	49.658
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	931	931	-	-	-	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	545	545	-	-	-	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	386	386	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	24.829	5.127	29.956	41.977	7.667	49.644	40.497	9.161	49.658
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	-	7.667	(7.667)	-	9.161	(9.161)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	24.829	5.127	29.956	49.644	-	49.644	49.658	-	49.658
REVERSÃO DE OUTRAS RESERVAS	-	-	-	-	-	-	-	162	-
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	24.829	5.127	29.956	49.644	-	49.644	49.820	-	49.820
DESTINAÇÕES	-	-	-	(36.771)	-	(36.771)	(36.013)	-	(36.013)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(17.749)	-	(17.749)	(15.840)	-	(15.840)
Fates - Estatário	-	-	-	(1.430)	-	(1.430)	(1.534)	-	(1.534)
Reserva Legal - Estatária	-	-	-	(14.304)	-	(14.304)	(15.341)	-	(15.341)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(3.288)	-	(3.288)	(3.298)	-	(3.298)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	12.873	-	12.873	13.807	-	13.807

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Pioneira da Serra Gaúcha - Sicredi Pioneira RS
 CNPJ/MF nº 91.586.982/0001-09

	Capital Social	Reserva Legal	Outras Reservas	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no inicio do período em 01/01/2015	131.865	82.099	-	8.076	222.040
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	4.012	-	-	(6.017)	(2.005)
Destinações para reservas	-	1.171	162	(1.333)	-
Outras destinações	-	-	-	(726)	(726)
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	5.594	-	-	-	5.594
Baixas de capital	(9.221)	-	-	-	(9.221)
Reversões de reservas	-	-	(162)	162	-
Resultado do período	-	-	-	49.658	49.658
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.534)	(1.534)
Reserva Legal - Estatutária	-	15.341	-	(15.341)	-
Juros sobre o Capital Próprio	15.439	-	-	(15.840)	(401)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	3.298	-	(3.298)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	147.689	101.909	-	13.807	263.405
Mutações do Período	15.824	19.810	-	5.731	41.365
Saldos no inicio do período em 01/01/2016	147.689	101.909	-	13.807	263.405
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	7.403	-	-	(10.573)	(3.170)
Destinações para reservas	-	2.233	-	(2.233)	-
Outras destinações	-	-	-	(1.001)	(1.001)
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	7.303	-	-	-	7.303
Baixas de capital	(15.115)	-	-	-	(15.115)
Resultado do período	-	-	-	49.644	49.644
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.430)	(1.430)
Reserva Legal - Estatutária	-	14.304	-	(14.304)	-
Juros sobre o Capital Próprio	17.264	-	-	(17.749)	(485)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	3.288	-	(3.288)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	164.544	121.734	-	12.873	299.151
Mutações do Período	16.855	19.825	-	(934)	35.746
Saldos no inicio do período em 01/07/2016 (Não Auditado)	149.103	104.142	-	19.688	272.933
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	-	-
Outras destinações	-	-	-	-	-
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	4.250	-	-	-	4.250
Baixas de capital	(6.073)	-	-	-	(6.073)
Resultado do período	-	-	-	29.956	29.956
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.430)	(1.430)
Reserva Legal - Estatutária	-	14.304	-	(14.304)	-
Juros sobre o Capital Próprio	17.264	-	-	(17.749)	(485)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	3.288	-	(3.288)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	164.544	121.734	-	12.873	299.151
Mutações do Período	15.441	17.592	-	(6.815)	26.218

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Pioneira da Serra Gaúcha - Sicredi Pioneira RS
CNPJ/MF nº 91.586.982/0001-09

	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não Auditado)	01/01/2016 a 31/12/2016 (Reclassificado)	01/01/2015 a 31/12/2015
RESULTADO DO EXERCÍCIO	22.871	51.394	52.229
Resultado do semestre/exercício	29.956	49.644	49.658
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	(7.085)	1.750	2.571
(Reversão) Provisão para operações de crédito	(8.435)	(2.873)	2.002
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	-	41	(632)
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	69	44	(332)
Depreciação do imobilizado de uso	1.276	2.426	2.218
Amortização do intangível	885	1.631	1.406
Baixas do ativo permanente	124	171	63
Provisão para passivos contingentes	1.260	1.156	171
Destinações ao FATES	(1.430)	(1.430)	(1.534)
Dividendos SicrediPar	(834)	584	(791)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	49.225	27.575	234.765
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	24	-	-
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	(69.829)	(181.959)	6.157
(Aumento) Redução em direitos junto a participantes de sistemas de liquidação	9.561	(2)	41
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(150)	75	93
(Aumento) Redução em operações de crédito	(58.605)	(75.576)	30.820
Aumento em relações interfinanceiras passivas	13.255	36.762	16.129
(Aumento) em outros créditos	(2.191)	(3.995)	(9.066)
(Aumento) em outros valores e bens	(3.659)	(4.631)	(3.575)
Aumento em depósitos	153.681	253.659	183.599
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	1.444	(228)	294
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(4.869)	(3.540)	1.863
Absorção de dispêndios pelo FATES	(333)	(1.495)	(1.422)
Aumento em outras obrigações	10.896	8.505	9.832
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente	72.096	78.969	286.994
Aquisição de Investimentos	-	(1)	3
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.186)	(3.271)	(1.529)
Aplicações no Intangível	(550)	(2.935)	(4.095)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(2.736)	(6.207)	(5.621)
Integralização de capital	4.250	7.303	5.594
Baixa de capital	(6.073)	(15.115)	(9.221)
Juros ao capital próprio	(485)	(485)	(401)
Distribuição de Sobras	-	(4.171)	(2.731)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(2.308)	(12.468)	(6.759)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	67.052	60.294	274.614
Caixa e equivalente de caixa no início do período	868.380	875.138	600.524
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	935.432	935.432	875.138

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Pioneira da Serra Gaúcha - Sicredi Pioneira RS ("Cooperativa"), é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Central Sicredi Sul e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 28/12/1902 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórios próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2016, está organizado por 118 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.523 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

As informações apresentados em 31 de dezembro de 2015 na Nota 09, referentes aos valores do Lucro Líquido do Exercício e Patrimônio Líquido da Sicredi Participações S.A., bem como o valor de Lucro Líquido do Exercício da Sicredi Fundos Garantidores, foram reapresentados devido as alterações sofridas após a publicação das Demonstrações Financeiras da Cooperativa.

Visando permitir a adequada análise da posição patrimonial e financeira da Cooperativa, a partir deste exercício, serão apresentados no Balanço Patrimonial e na nota explicativa de Outros Créditos Diversos rubrica de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta", os valores referentes aos projetos de investimento em tecnologia segregados em circulante e realizável a longo prazo, assim como a apresentação retrospectiva dos valores. A segregação foi efetuada com base no prazo de encerramento dos projetos em andamento. Com isso certos valores das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 estão sendo reapresentados.

Além dos valores acima, foram reapresentados para melhor compreensão e para fins de comparação da Demonstração de Sobras ou Perdas de 2015 e 2016, os valores referentes as rendas de tarifas bancárias, bem como a alocação dos títulos e valores mobiliários no grupo de Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa, conforme demonstrados no quadro abaixo:

	2015 Original	Valor ajustado em 2015	2015 Reapresentado
BALANÇO PATRIMONIAL			
Ativo circulante	1.356.906	(204)	1.356.702
OUTROS CRÉDITOS	40.528	(204)	40.324
Diversos	37.745	(204)	37.541
Ativo Não circulante	253.900	204	254.104
OUTROS CRÉDITOS	2	204	206
Diversos	2	204	206
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	32.960	-	32.960
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	25.524	(960)	24.564
Rendas de Tarifas Bancárias	14.892	960	15.852
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	228.608	6.157	234.765
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	280.837	6.157	286.994
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	536	(6.157)	(5.621)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 02 de fevereiro de 2017.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota “Imobilizado de Uso e Intangível”, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logícias, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota “Imobilizado de Uso e Intangível”.

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2016	2015
Disponibilidades	20.335	15.270
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	915.097	859.868
Total	935.432	875.138

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média equivale a 99,60 % do CDI.

NOTA 05 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2016	2015
Cotas de Fundos de Renda Fixa	265.402	83.443
Total circulante	265.402	83.443

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2016			2015	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	268.535	162.484	431.019	350.928	
Financiamentos	62.618	52.908	115.526	159.705	
Financiamentos rurais e agroindustriais	101.256	14.696	115.952	76.288	
Carteira total	432.409	230.088	662.497	586.921	

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2016			2015	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	228	-	228	149	
Devedores por compra de valores e bens	11	8	19	-	
Títulos e créditos a receber (i)	30.197	2	30.199	25.181	
Total	30.436	10	30.446	25.330	

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2016	2015	2016	2015
Nível A	0,50	239.048	283.079	1.195	1.415
Nível B	1,00	246.522	152.503	2.465	1.525
Nível C	3,00	114.081	72.202	3.422	2.166
Nível D	10,00	37.402	47.428	3.740	4.743
Nível E	30,00	21.128	15.775	6.338	4.733
Nível F	50,00	9.596	11.742	4.798	5.871
Nível G	70,00	3.327	3.252	2.329	2.276
Nível H	100,00	21.839	26.270	21.839	26.270
Total (i)		692.943	612.251	46.126	48.999

Em 31 de dezembro de 2016 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 363 (2015 - R\$ 319).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2016			Total da Carteira	Total da Carteira		
		A vencer						
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias				
Pessoas Físicas	7.872	65.299	62.952	61.218	197.341	213.563		
Rural	703	10.958	89.595	14.696	115.952	76.288		
Industrial	2.188	19.015	25.378	22.300	68.881	66.515		
Comércio	2.186	28.485	44.090	50.265	125.026	103.649		
Outros Serviços	2.958	40.674	60.502	81.609	185.743	152.236		
Total	15.907	164.431	282.517	230.088	692.943	612.251		

d) Concentração das operações de crédito

	2016	%	2015	%
10 maiores devedores	59.342	8,56	29.552	4,83
50 devedores seguintes	84.744	12,23	63.672	10,40
100 devedores seguintes	77.617	11,20	58.724	9,59
Demais	471.240	68,01	460.303	75,18
Total	692.943	100	612.251	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2016	2015
Saldo inicial	49.318	47.649
Constituição de provisão	36.525	38.227
Movimentação de baixados para prejuízo	(39.354)	(36.558)
Saldo final	46.489	49.318

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 8.259 (2015 - R\$ 6.022), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 10.265 (2015 - R\$ 11.603).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2016	2015 (Reapresentado cfe NE 02)
Adiantamentos e antecipações salariais	257	235
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	5.058	4.070
Devedores por compra de valores e bens	11	-
Devedores por depósitos em garantia	2.552	1.467
Impostos e contribuições a compensar (ii)	1.079	4.637
Títulos e créditos a receber	30.197	25.179
Valores honrados	62	-
Cotas de consórcio	1.333	539
Devedores por convênios	35	31
Operações com cartões	256	199
Pendências a regularizar	129	385
Outros	975	799
Total Circulante	41.944	37.541
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	-	204
Devedores por compra de valores e bens	8	-
Títulos e créditos a receber	2	2
Total realizável a longo prazo	10	206

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas. Os valores estão segregados em Circulante e Realizável a Longo Prazo conforme mencionado na Nota 2.

(ii) Refere-se basicamente ao processo administrativo transitado em julgado, cuja a decisão do STF pela constitucionalidade da cobrança do INSS patronal nos serviços prestados por Cooperativa de Trabalho, a favor da Cooperativa. A estimativa de compensação é de 8 meses após a habilitação do crédito junto a Receita Federal.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2016	2015
Bens não de uso próprio	10.824	6.189
Imóveis	9.913	4.874
Veículos e afins	800	1.134
Bens em regime especial	111	181
Material em estoque	71	67
Despesas antecipadas	50	58
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(41)	-
Total Circulante	10.904	6.314

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 41 (2015 - R\$ 0) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2016	2015
Cooperativa Central Sicredi Sul	22.974	22.974
Sicredi Participações S.A.	18.423	18.423
Outras Participações e Investimentos	7	6
Sicredi Fundos Garantidores	2	2
Outras Ações e Cotas	5	4
Total	41.404	41.403

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Número de ações/quotas possuídas	5.974.923 ON 12.447.811 PN	5.974.923 ON 12.447.811 PN	2	2	22.973.568	22.973.568
Percentual de participação	2,12%	2,29%	1,27%	1,45%	6,54%	6,71%
Capital social	869.279	804.351	165	138	351.047	342.223
Patrimônio líquido	911.739	859.843	204.709	193.717	361.513	352.655
Lucro líquido do exercício	41.442	62.381	10.965	3.676	-	-
Valor do investimento	18.423	18.423	2	2	22.974	22.974

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2016			2015	
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Imobilizado de Uso	-	34.365	(18.053)	16.312	15.638	
Imobilizações em curso	-	758	-	758	142	
Terrenos	-	75	-	75	75	
Edificações	4%	7.645	(1.181)	6.464	6.775	
Instalações	10%	7.955	(5.532)	2.423	2.661	
Móveis e equipamentos de uso	10%	7.853	(4.831)	3.022	3.386	
Sistema de comunicação	10%	440	(268)	172	167	
Sistema de processamento de dados	20%	8.250	(5.463)	2.787	2.082	
Sistema de segurança	10%	434	(212)	222	182	
Sistema de transporte	20%	955	(566)	389	168	
Intangível (i)	5% a 15%	18.501	(7.941)	10.560	9.256	
Investimentos Confederação		18.501	(7.941)	10.560	9.256	
Total		52.866	(25.994)	26.872	24.894	

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2016			2015	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	148.390	-	-	148.390	127.862
Depósitos a prazo	35.454	72.930	1.198.983	1.307.367	1.074.236
Total	183.844	72.930	1.198.983	1.455.757	1.202.098

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCIEROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2016	2015
Recursos do Crédito Rural	96.626	64.197
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	96.626	64.197
Total circulante	96.626	64.197
Recursos do Crédito Rural	11.566	7.220
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	11.566	7.220
Total exigível a longo prazo	11.566	7.220

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 9,5% a.a. com vencimentos até 15/05/2023, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2016	2015
Empréstimos no país - outras instituições	15.484	19.024
Cooperativa Central Sicredi Sul	15.484	19.024
Total circulante	15.484	19.024

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de 0,04% a.m. com vencimento em 09/12/2017.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Cheques administrativos	40	2.774
Obrigações por convênios oficiais	2	6
Obrigações por prestação de serviço de pagamento	-	1
Provisão para pagamentos a efetuar	10.870	10.026
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	3.882	2.726
Provisão para coobrigações (i)	2.540	1.803
Pendências a regularizar	641	417
Operações com cartões	29.652	23.971
Demais fornecedores	1.496	1.326
Credores diversos	1.779	986
Total circulante	50.902	44.036

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2016	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2016
Trabalhista	2.505	1.542	(484)	3.563
Cível	221	258	(160)	319
Total	2.726	1.800	(644)	3.882

Natureza	Probabilidade de perda	2016	2015
Trabalhista	Provável	3.563	2.505
Cível	Provável	319	221
Total		3.882	2.726

Em 31 de dezembro de 2016, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 373; R\$ 1.112; R\$ 664 (2015 - R\$ 421, R\$ 1.142 e R\$ 664), respectivamente.

Quanto a Contingência Tributária, a Cooperativa possui em andamento o processo administrativo nº 11020.720216/2013-04 desde 25/01/2013, versando sobre Contribuição Previdenciária incidente sobre o valor bruto das Notas Fiscais emitidas por Cooperativas de Trabalho, no caso, cooperativas de serviços médicos integrantes da UNIMED. O processo encontra-se em fase de Impugnação ao Auto de Infração na esfera administrativa tramitando junto à Receita Federal do Brasil, atingindo o valor de R\$ 655, cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada possível.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2016	2015
Capital Social	164.544	147.689
Total de associados	120.538	113.718

Em 31 de dezembro de 2016, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 16.855 (2015 – R\$ 15.824), sendo R\$ 24.667 (2015 – R\$ 19.4651) via integralização de resultados e R\$ 7.303 (2015 – R\$ 5.594), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 15.115 (2015 – R\$ 9.221).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Pioneira da Serra Gaúcha - Sicredi Pioneira RS, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 12% em Conta Capital, no montante de R\$ 17.749 mil, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Pioneira da Serra Gaúcha - Sicredi Pioneira RS, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 50% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	49.644	49.820
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(20.850)	(20.924)
Exclusões / (Adições):		
Provisão resgate milhas cartão	(22)	278
Provisão de PPR	8	43
Receita com atos cooperativos	17.630	16.199
Juros sobre o capital próprio	7.455	6.336
Efeito de alteração da alíquota de CSLL	-	1.106
Outros	(4.221)	(3.037)
Subtotal	20.850	20.925
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	-

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2016	2015
Ativo		
Disponibilidades (Nota 04)	-	1
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 05)	265.402	83.443
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	915.097	859.868
Outros Créditos - Rendas a receber	1.090	1.401
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	5.272	4.492
Investimentos (Nota 09)	41.399	41.399
Intangível (Nota 10)	10.560	9.256
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	108.192	71.417
Obrigações por empréstimos (NOTA 13)	15.484	19.024
Outras Obrigações - Diversas (NOTA 14)	29.016	22.824
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	31.372	12.959
Ingressos e receitas Prestação de Serviços	4.568	273
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 19)	113.785	96.642
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	8.771	5.900
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	1.850	1.590
Outros Dispêndios Despesas Operacionais (Nota 20)	18.552	17.841

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2016	% em relação ao total	2015
Depósitos à vista	114	0,08%	42
Depósitos a prazo	4.445	0,34%	4.517
Operações de crédito	238	0,04%	178

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2016	2015
Pessoas chave da administração	2.824	1.737

NOTA 19 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	4.056	8.045
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	110.162	92.417
Reversão de provisões operacionais	8.777	7.701
Outras rendas operacionais	4.318	5.918
Total	127.313	114.081

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Descontos concedidos em renegociação	2.251	1.446
Contribuição O.C.E.	96	84
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	1.082	2.657
Contribuição Confederação Sicredi	12.630	11.040
Cooperativa Central Sicredi Sul	2.530	2.506
Encargos da administração financeira	624	570
Repasso Administradora de Cartões	1.611	996
Outras provisões operacionais	6.197	3.400
Outras despesas operacionais	6.600	7.956
Total	33.621	30.655

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Este item na demonstração de sobras apresenta montante de R\$ 43.164 (2015 - R\$ 38.488), refere-se as seguintes despesas: serviços do sistema financeiro, alugueis, serviços de terceiros (transporte de numerários, vigilância e manutenção), relações públicas e publicidade, além de outras despesas administrativas.

NOTA 22 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Beneficiários de garantias prestadas (i)	95.648	94.809
Coobrigações em cessões de crédito	-	174
Total	95.648	94.983

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

O gerenciamento do risco de mercado do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco líquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legal e que refletem o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos”.

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Límites operacionais	2016	2015
O capital qualificado de Nível I pode ser detalhado conforme segue:		
Capital principal - CP	294.389	261.104
Capital social	294.389	261.104
Reservas de capital, reavaliação e de lucros	121.734	101.909
Lucros acumulados	12.873	13.807
Perdas não realizadas de ajustes de avaliação patrimonial	-	-
Ajuste prudencial II - ativos intangíveis a partir de outubro 2013	4.762	2.302
Total do capital qualificado	294.389	261.104
Ativos ponderados pelo risco + RBAN	108.859	98.066
Índice sobre o PR considerando a RBAN	28,51%	29,41%
Situação para o limite de imobilização	22.118	22.598
Índice de imobilização (limite 50%)	7,51%	8,65%

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2016, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Solon Stapassola Stahl
Diretor Executivo
CPF: 494.767.770-87

Eduardo Spier
Diretor de Operações
CPF: 641.569.660-20

Ligia Teresa Grings Schaefer
Contadora
CRC: RS-085360/O-6
CPF: 534.117.300-72